

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E
(O)A EMPRESA AUDIMEC AUDITORES
INDEPENDENTES S/S - EPP, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 55, 11º andar – Bairro Cocó, Cep.: 60.811-341, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e pelo Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**, com sede no(a) Av. Governador Agamenon Magalhães nº 2615, sala 1503, Ed. Emp. Burlemarx, bairro Boa Vista, CEP: 50.050-290, Recife/PE, Fone: (81) 3338.3525 / (81) 99291.3134, inscrita no CNPJ sob o nº 11.254.307/0001-35, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelos(as) Sócio Administrador **Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.712.239 SSP/PE, e do CPF nº 193.602.664-34, residente e domiciliada(o) na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua Alfredo de Medeiros nº 130, aptº. 1103, Bairro do Espinheiro, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a TOMADA DE PREÇOS nº 20160003/CEGÁS, e seus anexos, devidamente homologada pelo Sr. Diretor-Presidente da CEGÁS, a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

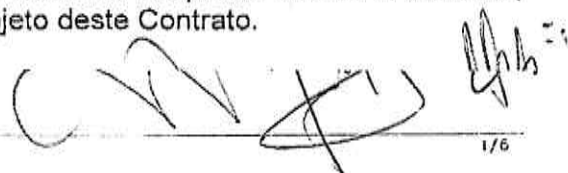
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Contrato a execução dos SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, REVISÃO LIMITADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REVISÃO DOS CONTROLES INTERNOS (OPERACIONAIS, ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS, INCLUINDO-SE OS SISTEMAS INFORMATIZADOS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2017 a 2019 DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, devidamente especificados no ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA, deste Edital, em regime de Empreitada por Preço Global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ 81.000,00** (oitenta e um mil reais) com valores anuais de **R\$ 27.000,00** (vinte e sete mil reais) a ser pago com recursos oriundos da CEGÁS.

3.2. No preço estabelecido nesta Cláusula estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, impostos e demais despesas necessárias à execução do objeto deste Contrato.



CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. Os serviços objeto deste Edital deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE), podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.1.1. O prazo de vigência do contrato será de **48 (quarenta e oito) meses**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993, como condição de sua eficácia.

4.1.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

4.2. Os serviços objeto deste Contrato deverão ser realizados e entregues no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da autorização de serviços a ser expedida para cada período trimestral a ser auditado, sendo que o prazo relativo ao do último trimestre, que compreenderá também o encerramento do exercício, será de **20 (vinte) dias**.

4.3. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da **CEGÁS**.

4.4. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à **CEGÁS**, até **10 (dez) dias** antes da data do término do prazo contratual.

4.5. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** e aceitos pela **CEGÁS**, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base o mês da apresentação da proposta, **pela variação do IPC-A**, constante da revista "CONJUNTURA ECONOMICA", editada pela Fundação Getúlio Vargas.

5.2. No cálculo dos reajustes será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = índice inicial – correspondente ao mês da entrega da proposta;

I = índice final – correspondente ao mês de aniversário anual da proposta

5.2.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

5.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) será referente à proposta de preços de 1º mês de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir deste.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos dos serviços serão realizados:

6.1.1. Para a auditoria dos Exercícios de 2017, 2018 e 2019 os pagamentos serão feitos em 4 parcelas a cada ano, da seguinte forma: 25% do valor total previsto para o ano, 10 dias após a emissão do relatório de auditoria do 1º ao 3º trimestre e uma última parcela correspondente a 25% do valor total previsto para o ano, 10 dias após a entrega do relatório de auditoria referente ao 4º trimestre, juntamente com o parecer final, que deverá ser emitido obrigatoriamente, até o dia 10 do mês de março do ano subsequente ao exercício social auditado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual, através do Gerente de Contabilidade, como Gerente do Contrato e o Analista de Gestão/Contador Mardônio Barbosa Silva, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros.

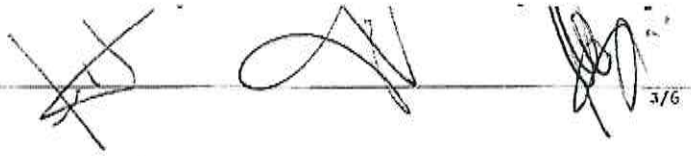
7.2. O exercício da Fiscalização não importará em corresponsabilidade da CEGÁS ou dos seus prepostos, na hipótese de ocorrência de qualquer irregularidade, salvo caracterizada a omissão funcional por parte destes.

7.3. Competirá à Fiscalização da CEGÁS, em especial:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações referentes aos serviços constantes do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA.
- Rejeitar todo e qualquer serviço ou informação em desacordo com o especificado, inclusive estipulando o prazo para a sua devida adequação.
- Exigir a imediata substituição de membro da equipe designada para a execução dos serviços que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às necessidades dos serviços.
- Exigir da CONTRATADA o pronto esclarecimento de dúvidas que lhe sejam apresentadas referentes ao atendimento dos serviços.
- Transmitir, por escrito, instruções sobre eventuais modificações dos serviços que se façam necessárias, bem como as alterações de prazos e cronogramas.
- Aprovar, rejeitar, na hipótese de substituição de qualquer integrante da equipe designada para a execução dos serviços, o substituto apresentado.
- Solicitar reuniões visando um melhor acompanhamento do andamento dos serviços contratados, ficando na responsabilidade da CONTRATADA registrar os assuntos para posterior repasse a todos os participantes.

7.4. Reserva-se à CEGÁS o direito de intervir nos serviços, na hipótese de ficar comprovada a incapacidade técnica da CONTRATADA ou deficiência dos serviços, sem que desse ato resulte o direito da CONTRATADA pleitear indenização, a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



3/6

CEGÁS
02
[Signature]

8.2. Manter durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

8.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

8.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.7. Refazer o objeto contratual, que comprovadamente apresente desconformidade com as especificações do objeto, no prazo estabelecido de 10 (dez) dias úteis, contados da sua notificação.

8.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

8.10. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO.

8.11. Responsabilizar-se pela integral observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria nº. 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

8.12. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CEGÁS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CEGÁS

9.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através de autorização de serviços ou outro instrumento hábil, que será emitido após a publicação do extrato do contrato no DOE – Diário Oficial do Estado.

9.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e

9.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

9.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

9.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. O recebimento dos serviços será feito por representante legal, designado pela CEGÁS, para este fim.

10.2. O objeto deste Contrato será recebido definitivamente, por representante legal designado pela CEGÁS, mediante Termo de Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até **30 (trinta) dias** após a entrega dos serviços, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93,

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Será apresentada no ato da assinatura do Termo de Contrato, garantia de execução do Contrato, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do Contrato em qualquer das modalidades previstas no **subitem 10.2.1 do Edital**.

11.2. Na garantia para a execução do Contrato deverá estar expresso seu prazo de validade superior a **90 (noventa) dias** do prazo contratual.

11.3. A devolução da garantia estabelecida neste item será feita no prazo de **30 (trinta) dias** após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.4. Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pela Contratada, quando em moeda corrente nacional, será atualizada monetariamente, através da aplicação da Caderneta de Poupança, calculada "*pro rata die*".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 serão causa para a sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

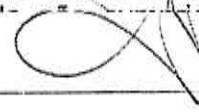
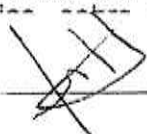
13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência

13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela não cumprida.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual, superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da parcela não cumprida.



c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada a 1% (um por cento), em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos.

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada como base no subitem anterior.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

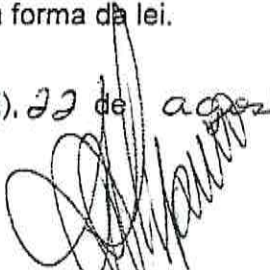
13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

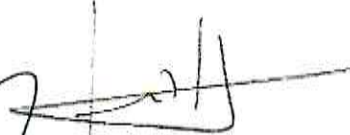
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

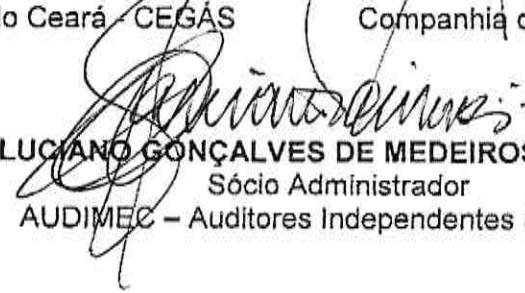
As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza (CE), 22 de agosto de 2017.


FÁBIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS


HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS


LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA
Sócio Administrador
AUDIMEC - Auditores Independentes S/S - EPP

TESTEMUNHAS:

